

Carvalho, M.J.L. (2016), “**Bem-estar e Desenvolvimento pelos (Outros) Mundos Sociais da Infância: o Olhar das Crianças**”. In Bastos, A. & Veiga, F. (Eds.), *A análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança*, livro de comunicações do Colóquio “Um olhar sobre o bem-estar das crianças e jovens segundo a perspetiva dos direitos da criança”, 10 de dezembro de 2015, Porto, Editora Húmus, pp.75-89. ISBN 978-989-755-235-9.

BEM-ESTAR E DESENVOLVIMENTO PELOS (OUTROS) MUNDOS SOCIAIS DA INFÂNCIA: O OLHAR DAS CRIANÇAS

Maria João Leote de Carvalho

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL), Lisboa
mjleotec@sapo.pt

“– Eu estava a passar a ferro em casa e o ferro fugiu e depois queimou a mão. (...) Muitas vezes, eu passo muito a ferro... [explicando de seguida por gestos como é que faz] A minha mãe não estava, não estava lá em casa. Já era mais tarde. Eu vivo sozinha até a minha mãe chegar!” [raparigaF40, 7 anos] (Carvalho, 2010: 316)

Infância, bem-estar e desenvolvimento

No final da década de 1990, as crianças e as problemáticas da infância estavam na ordem do dia das agendas política, mediática e da investigação a nível internacional e nacional (Sarmiento e Pinto, 1997). Volvidas mais de duas décadas, ao analisar-se a evolução dos indicadores sobre o bem-estar e o desenvolvimento das crianças na sociedade portuguesa é de questionar se estas temáticas não terão passado a um patamar de subalternidade, o que ajudaria a explicar a sua aparente maior invisibilidade na discussão pública e política no tempo presente. Esta interrogação adquire maior relevância quando se constata que os efeitos da crise económica e das medidas de austeridade implementadas nos últimos anos afetaram a qualidade de vida de muitas crianças, com reflexos prejudiciais ao seu bem-estar e desenvolvimento. Portugal é um dos países europeus onde as desigualdades sociais são mais sentidas e agravaram-se significativamente; as taxas de pobreza estão entre as mais altas da União Europeia e assumem significativa expressão na infância (Bastos, 2013; Eurochild, 2015).

Os conceitos de criança e infância resultam de uma construção histórica relativamente recente, uma aquisição civilizacional sujeita a uma permanente (re)construção social (Áries, 1973). A infância não é mais entendida como uma mera realidade biológica homogénea; é uma categoria social que agrega uma pluralidade e diversidade de condições e modos de vida, algumas das quais diametralmente opostas (Almeida, 2009). Refletir sobre o bem-estar e o desenvolvimento das crianças na sociedade portuguesa implica, em primeiro lugar, ter em conta o facto de que, em comparação com outros países europeus, Portugal entrou tarde na modernidade (Sarmiento, 2000). O estabelecimento da democracia com a Revolução, em abril de 1974, foi o

ponto de viragem. Transformações intensas e rápidas têm ocorrido, designadamente na composição demográfica e estrutural do país e nos estilos de vida dos seus cidadãos, com impactos sobre as experiências vividas na infância. Não existe só uma maior diversidade social e cultural do que no passado; com as mudanças significativas registadas na família, há uma extensa variedade de relações familiares, educacionais e sociais concomitantes e mais complexas (Almeida e Vieira, 2009). As mudanças sociais afetam diretamente os sistemas e as organizações sociais e os seus efeitos variam de acordo com o grupo social, origem cultural e a região.

No contexto de globalização em que vivemos, é possível identificar uma multiplicidade de experiências sociais relacionadas com crianças. Uma especial atenção deve ser dada ao desfazimento entre a tendência para uma representação hegemónica da infância e a pluralidade das experiências infantis concretas que se mantêm no território nacional. As representações de uma infância pré-moderna, moderna e pós-moderna continuam intensamente presentes na sociedade portuguesa, interligadas e, paradoxalmente, no mesmo tempo e num mesmo espaço (Almeida, 2009). Os modos de vida das crianças em condições sociais tão diferenciadas e díspares constituem um grande desafio para as autoridades oficiais, bem como para as comunidades, particularmente no contexto de crise política e económica que tem afetado o país nos últimos anos. Porque as mudanças sociais não são nem unidimensionais nem são um processo linear, é relevante que, para muitas crianças, o ideal de bem-estar consagrado nos normativos nacionais e internacionais ainda esteja longe de ser alcançado (Sarmiento, 2000; Almeida, 2009; Carvalho, 2010; Tomás, 2012).

Em suma, para um mesmo terreno e a uma mesma época detetam-se modos de viver a infância muito distintos, num processo de entrecruzamento denso e de difícil acesso. Ao longo destas páginas, a análise sobre estas questões é feita a partir do olhar das crianças nos *outros mundos sociais da infância* (Carvalho, 2010), trazendo-se para discussão constrangimentos e desafios que, ainda hoje, se colocam ao seu bem-estar e desenvolvimento.

Direitos da Criança e coesão social

A representação social da infância nas sociedades contemporâneas, definida em convenções internacionais nas últimas décadas, alia as transformações na organização e dinâmicas da família, relevando os impactos na parentalidade, nos papéis de género e na socialização, com especial destaque para o uso dos novos media. Mudanças significativas no mercado do trabalho e o crescimento das taxas de desemprego, sob as mais variadas formas, são uma dura rea-

lidade que atinge muitas famílias. O agravamento das desigualdades sociais, com um maior distanciamento no posicionamento entre pobres e ricos, é particularmente sentido no acesso a recursos a estruturas de oportunidades. De igual modo, o alargamento das dificuldades socioeconómicas a segmentos da população e famílias que nunca estiveram em risco social é um facto (Eurochild, 2015). A concentração territorial de problemas sociais em determinadas áreas, sobretudo urbanas, continua a associar-se a políticas de habitação social que potenciam a segregação social e territorial de grupos sociais mais desfavorecidos (Carvalho, 2010). A definição de novas geografias e os mais recentes fluxos migratórios na/e para a Europa acarretam um conjunto de intensos e dramáticos desafios para os quais os Estados europeus ainda procuram respostas.

A proteção e o desenvolvimento das crianças estão consagrados como uma exigência de cidadania, um bem inalienável nas sociedades ocidentais, consagrado em diferentes normativos internacionais. Entre estes destaca-se a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989, aprovada e ratificada por 192 Estados que se comprometeram no desenvolvimento de um conjunto de reformas no campo da infância. Constitui um marco decisivo no reconhecimento da categoria social da infância, primeiro instrumento internacional adotado após o fim da Guerra Fria que inclui não somente direitos civis e políticos, mas também direitos económicos, sociais e culturais. Conforme estabelecido no seu artigo 6º *“a criança tem o direito inerente à vida cabendo ao Estado assegurar a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento.”* O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento estão assim plenamente consagrados devendo *“o Estado deve adotar todas as medidas ao seu alcance, necessárias à realização dos direitos da criança”* (artigo 4º). São obrigações juridicamente vinculativas para os Estados Parte e não apenas, como na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, obrigações morais. A sua aplicação implica um empenhamento ativo dos organismos dos Estados assim como de elementos da sociedade civil. Para avaliar a sua implementação foram criados mecanismos adequados, designadamente, através do Comité dos Direitos da Criança. Nesta Convenção estão estabelecidos quatro grandes princípios orientadores para a intervenção: não discriminação, salvaguarda do interesse superior da criança, do direito à vida e à sobrevivência e ao desenvolvimento e da livre expressão das crianças. O interesse superior da criança assume uma especial relevância devendo nortear as atuações dos Estados na defesa da sua dignidade e é destacado o reconhecimento à criança a participar e a ser ouvida em todos os processos que lhe digam respeito (Carvalho, 2013).

As verdadeiras dificuldades começam quando, partindo do próprio ponto de vista das crianças, se percebe como entre o legislado e o vivido vai uma grande distância e o bem-estar é um dado longe de estar adquirido por muitas. Ao mesmo tempo que se deteta um aparente maior reconhecimento sobre os direitos das crianças, os seus discursos ainda são relativizados pela maioria dos adultos. As possibilidades de participação na vida social que lhes são conferidas pelo Estado e comunidades, na qualidade de cidadãos de pleno direito, estão distantes dos ideais consagrados juridicamente. As questões de fundo que se levantam nesta área remetem para a coesão social, para a interdependência entre as conceções de liberdade, justiça e segurança, elementos essenciais à constituição das sociedades democráticas e da vida social (Lourenço, 2009). O desafio que se coloca no campo das políticas públicas é o da efetivação de uma perspetiva centrada nos Direitos da Criança que promova o bem-estar e desenvolvimento na infância através da igualdade de oportunidades, do acesso a recursos adequados, do acesso a serviços de qualidade e da participação das crianças e famílias na vida social (Eurochild, 2015).

Bem-estar, discriminação e não inclusão

Vivemos numa era de globalização em que a tradicional estratificação dos recursos pelo espaço marca a organização social. Apesar do progresso, nas sociedades ocidentais as desigualdades sociais têm vindo a crescer, talvez mesmo, a exacerbar-se (Sassen, 2001).

Na União Europeia, a competitividade e a eficácia, vistas numa perspetiva restrita que tem por fim último a promoção de lucro económico, imperam sobre outras conceções de organização social. A nível global, tende a prevalecer uma visão neoliberal que afasta do Estado e da responsabilidade coletiva a gestão de riscos, nas mais diversas esferas da ação social, transpondo-a para a responsabilidade individual (Wacquant, 2009). Ignoram-se as desigualdades no acesso a estruturas de oportunidades e vê-se exacerbado um clima de racionalismo económico que reproduz cortes orçamentais nos recursos do Estado e comunidades na intervenção junto de crianças em risco sem sustentação em evidência científica ou consideração da relação custos-benefícios (Moore, 2013). Vive-se numa época marcada por uma nova ‘cultura de controlo’ (Garland, 2001), assente numa deriva securitária (Moore, 2013), em que à diluição e enfraquecimento dos mecanismos de controlo social informal contrapõe-se o aumento das expectativas sobre os sistemas formais, junto do qual indivíduos e grupos sociais exigem um maior controlo e regulação dos comportamentos de crianças e jovens. É aos mecanismos de controlo social formal que são delegadas funções que, até recentemente, eram asseguradas de

modo informal nas comunidades, numa transposição de papéis sociais a que se associa um aumento para a tendência punitiva em reação a determinados comportamentos de crianças e jovens.

Neste sentido, é a representação social da infância moderna, enquadrada por um conjunto de princípios em torno de uma ideia de bem-estar infantil (Almeida, 2009), que acaba por também ser colocada em causa. Na sequência da proposta de Bradshaw et al. (2007:135),

"O bem-estar pode ser definido como a realização dos direitos da criança e do cumprimento da oportunidade para cada criança ser tudo o que pode ser, à luz das suas capacidades, potencial e habilidades. O grau em que isto é alcançado pode ser medido em termos de resultados positivos da criança, enquanto os resultados negativos e a privação apontam para a negligência dos direitos das crianças".

Trata-se de uma definição direcionada para os Direitos da Criança que compreende várias dimensões: material; saúde e segurança (emocional/psicológica, física); educacional (potencialidades sociais e ambientais); familiar e relações de pares; comportamentos e riscos; e subjetiva (incorporação das perceções da criança) (Ben-Arieh, 2006; UNICEF, 2007; EU, 2008; Graham, 2011). Nesta ordem de ideias, emerge a necessidade de dar voz às crianças no sentido de as envolver como atores sociais na construção de um caminho para o bem-estar pessoal e social. Esta é uma perspetiva relativamente recente baseada num conceito positivo de bem-estar focado nas ações e experiências atuais de cada indivíduo, relacionadas com o seu papel social como membro da sociedade. O respeito é um fator-chave; exige não só reconhecer a existência de *outros*, com base num princípio de igualdade, mas também melhorar o respeito das crianças por si próprias, fator primordial para o seu pleno desenvolvimento.

A diversidade seja de género, social, cultural, étnica, religiosa, ou outra, é uma marca incontornável num quadro de globalização que pressupõe o ideal de uma sociedade democrática, em que cada indivíduo é livre e igual em dignidade e direitos. A exigência que se coloca a todos os indivíduos e grupos sociais é a da promoção de uma convivência comum, no respeito pela diferença que o *outro* representa em espaços onde todos se cruzam. Neste âmbito, importa destacar os problemas de integração e inclusão social que se colocam para muitas crianças no território nacional, não apenas as vindas de fora, mas também muitas nascidas no país, para quem a afirmação de uma identidade social se pode revelar um processo difícil e complexo. Em certos casos, a discriminação começa pelas dificuldades de acesso ao registo civil e a documentação pessoal.

No tempo presente, as relações entre grupos culturais revelam-se muitas vezes antagónicas e a constatação da existência do *outro* suscita o questionamento sobre identidade, alteridade e

poder, tendo como pano de fundo a complexificação da vida social (Tomás, 2012). Cada criança participa da vida do seu grupo cultural através da família, dos pares e daqueles que lhe estão mais próximos, estabelecendo uma dialética entre o *eu*, o *nós*, o *outro* e os *outros* a partir da qual constrói e redefine a sua ação quotidiana. Muitas vezes, este processo continua a ser definido a partir da cor da pele (Carvalho, 2010: 278).

“O que é mau aqui é os pretos, os pretos, não gosto nada dos pretos, são muito... assaltam muito, partem tudo, não gosto de ter tantos pretos aqui, não gosto.” [rapazM02, 9 anos]

“Estou farta dos ciganos e dos pretos, fazem barulho a noite toda, põem música alto, roubam e tudo...” [raparigaF11, 7 anos, notas de campo]

“Eu tirava os brancos do bairro porque eles só fazem muito barulho, não ligam à gente e porque estão sempre a roubar ao meu avô, levam os ferros. Os ciganos também quando lá vão é só para roubar, são uns porcos e bandidos. (...) Eu tirava os brancos e os mulatos, punha só pretos, só pretos que temos mais força.” [rapazM11, 8 anos]

“Não gosto dos ciganos, detesto! Queria o bairro todo de pretos, poucos brancos que dão fixe com os pretos mesmo. Os ciganos dão mal, os brancos picam os pretos, poucos são bons. Os ciganos nem um, têm a mania!” [rapazM13, 11 anos]

Os excertos atrás apresentados não se reportam a situações isoladas na sociedade portuguesa. Manifestam-se regularmente em determinados contextos, suscitando a existência de hierarquias e estatutos que cada grupo tende a construir na relação com os outros e relativamente aos quais as crianças se apropriam e reconstróem na ação social. A discriminação revela-se aqui de forma brutal, em torno da necessidade de afirmação pessoal e social, assente numa linguagem fortemente segregadora e racista, mas que nada mais será do que o espelho de como, desde muito cedo, experiências de não inclusão marcam o desenvolvimento de muitas crianças. A génese do preconceito que se vê traduzida nestes discursos surge em idades muito baixas, tendendo a prevalecer uma noção de *outro* que se vê como diferente, numa posição de subalternidade que conduz à sua rejeição, produto da aprendizagem e interiorização de normas sociais num determinado contexto social (França e Monteiro, 2004).

Bem-estar e desenvolvimento: os contextos

Nas áreas metropolitanas, novas formas de espacialização do povoamento executadas através de políticas de habitação social traduzem-se na fixação ‘artificial’ das populações em zonas bem delimitadas, segregadas, estigmatizadas e estigmatizantes. A concentração territorial de problemas sociais em determinadas áreas, especialmente em meio urbano e suburbano, continua a ser um desafio relativamente ao qual as respostas políticas dadas no quadro de organi-

zação dos sistemas institucionalizados têm revelado pouca eficácia. A divisão social do espaço acarreta segregações que se traduzem na desigualdade de oportunidades no acesso a recursos materiais e simbólicos e numa acentuada dificuldade de exercício ao nível da participação social que a todos afeta.

Crianças e jovens podem estar claramente identificados aos territórios onde residem, aceitando e incorporando a sua condição social desfavorecida ao representá-los como espaços de concentração de desvantagem social que potencialmente pode excluí-los da participação na vida social próxima, da cidade ou do país. O peso do estigma do nome de determinadas zonas residenciais, rotuladas de problemáticas, críticas ou zonas sensíveis, particularmente de génese ilegal ou de realojamento, traduz-se num alarme e rejeição social que, objetivamente, limitam o acesso das crianças e famílias a estruturas de oportunidades diferenciadas a começar pela satisfação de necessidades básicas.

À sobre ocupação do território em determinados territórios corresponde uma escassez de infraestruturas de acesso livre pensadas para todas as crianças.

“E faz muita falta um parque para irmos brincar. Faz falta espaço para brincar, vimos para a rua e nós temos espaço mas depois as bolas vão para a estrada e às vezes passam os carros em corrida e pode morrer alguém.” [rapariga F16, 7 anos] (Carvalho, 2010: 219)

Estas são situações que colocam dificuldades acrescidas às crianças portadoras de deficiência. A multidimensionalidade dos problemas sociais afeta o desenvolvimento das crianças, e cada criança em particular, de diferentes maneiras, associando-se fenómenos de estigmatização na variação da sua visibilidade. É um facto que a zona onde se reside influencia as opções que dispõem para alcançar um nível positivo de bem-estar e, tal como as famílias influenciam o desenvolvimento dos seus membros, também sofrem as influências do território onde se (des)integram. E entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento na infância, a carência de bens essenciais é um dos mais importantes.

“Escolhi a fotografia dos bolos porque podem ser bons, eu não gosto, mas há pessoas que podem gostar muito e aqui falta muita comida. Há pessoas a quem a vida custa mais a ganhar, têm de trabalhar e quando os filhos pedem bolinhos não podem dar porque não têm dinheiro para comprar. Também há mães que dizem que não têm dinheiro, mas que pagam aos outros miúdos só para dizerem que elas são boazinhas. Isso não resolve nada.” [rapaz M10, 10 anos] (Carvalho, 2010: 271)

Aos residentes de certas zonas é exigido um esforço acrescido para ultrapassar as barreiras que se levantam no acesso a diversos campos sociais (saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros), emergindo a ideia de cidades e área metropolitanas que se foram construindo

com base numa sucessão de fenómenos de insulamento entre uns *nós* e uns *outros* que continuamente se evitam cruzar e relacionar. Entre os diferentes grupos sociais sobrepõem-se relações de força e de poder a partir das quais os modos e estilos de vida se vão sedimentando num aprofundamento das diferenças e desigualdades. Situados, muitas vezes, do “*outro lado da cidade*” (Carvalho, 2010: 443), muitos territórios não beneficiam de uma maior proximidade e de trocas positivas com outros onde as expectativas relativamente ao controlo social são mais elevadas afetando a construção de aspirações e expectativas das crianças relativamente ao seu futuro. É, por isso, decisiva a aposta na promoção de uma maior eficácia coletiva das populações locais que resulte da combinação entre confiança, partilha de vontades e expectativas relativas aos bens comuns e na intervenção de controlo social informal, designadamente na educação das crianças num determinado contexto (Sampson et al., 1997). Deste modo, é relevante a criação de oportunidades locais para a promoção do bem-estar e desenvolvimento das crianças atenuando as desigualdades sociais a que se encontram sujeitas.

“– Porque é que escolheste a fotografia do Clube dos Jovens? – perguntei.

– Porque já andei lá e respeitam as pessoas de cor.” [rapaz M12, 11 anos] (Carvalho, 2010: 290)

“É bom ter o Clube de Jovens porque alguns meninos que não têm computador vão lá, vão aprender a escrever e alguns deviam lá estar mais e podem ir à net e jogar.” [rapaz M14, 11 anos] (Carvalho, 2010: 290)

“Gosto muito da Ludoteca porque estão a ajudar e... é estar a educar as crianças a fazer muita coisa... Às vezes há muitos meninos que não têm brinquedos e gostavam de ter.” [rapariga F17, 9 anos] (notas de campo, Carvalho, 2010: 290)

Cortes orçamentais nos serviços básicos fundamentais prestados a populações e famílias em risco social, fornecidos pelo setor público e pelo terceiro setor, constituem uma marca significativa no campo das políticas públicas executadas nos últimos anos em contexto de crise económica e financeira (Eurochild, 2015). Entre as áreas mais afetadas com especial reflexo na vida de muitas crianças destaca-se a saúde. As desigualdades no acesso a serviços básicos de saúde é uma realidade que cresceu no país nos últimos anos. A escassez de recursos e especialidade médicas nas comunidades numa perspetiva de proximidade, as limitações no acesso a transportes públicos, os custos associados às deslocações a consultas bem como à realização de tratamentos, são apenas algumas das faces mais visíveis dos problemas que afetam o bem-estar e desenvolvimento de muitas crianças. Acresce ainda que, apesar de consagrado na lei, as faltas dos pais ao trabalho para cumprimento do acompanhamento dos filhos em diversas

situações são muitas vezes vistas como uma limitação que obsta à sua efetivação, especialmente quando os mesmos se encontram em situação de precariedade laboral. Em muitos casos, o receio de perda de emprego torna-se real e as necessidades das crianças passam para um segundo plano. Estas situações adquirem contornos mais graves quando se está perante a imperiosa prestação de cuidados básicos especializados de saúde a crianças com necessidades especiais de saúde, portadoras de deficiência e/ou doenças crónicas, em que os constrangimentos colocados ao seu acompanhamento permanente acabam por ter um impacto no seu desenvolvimento e no bem-estar e qualidade de vida na família, interferindo na qualidade das relações e dinâmicas familiares. Estes são fatores poucas vezes trazidos para discussão e relativamente aos quais importa aprofundar o conhecimento por ocultarem das mais graves violações aos Direitos da Criança.

Constata-se, pois, que o acesso a cuidados básicos de saúde é um fator de diferenciação social, oculto sob múltiplas formas. No excerto de texto a seguir apresentado, o papel de prata com que as crianças brincam colocando por cima dos seus dentes, como se de aparelhos ortodônticos se tratasse, são ilustrativos das diferenças sociais.

“Os três rapazes passaram por mim e um deles [M10, 9 anos] riu-se bastante e dei conta que tinha papel de prata a cobrir os dentes da frente em cima e em baixo. Perguntei-lhe o que andava a fazer com tanto papel na boca. Riu-se e respondeu-me que aquilo não era papel mas o aparelho dos dentes para eles ficarem direitos!... Os outros riram-se e foi quando reparei que os três tinham também papel de prata preso na ponta das orelhas dizendo que eram os brincos do Cristiano Ronaldo!...” [notas de campo] (Carvalho, 2010: 273)

São retratos de infâncias vulneráveis, de cenários sociais desiguais que (con)vivem lado a lado e que tornam visíveis algumas das dimensões estruturantes da pobreza, mais concretamente a das circunstâncias económicas que se refere às possibilidades efetivas de acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas por quem tem ou por quem não tem determinados recursos (Spiker, 2007).

“Eu tenho vontade de morrer!”: a negação do bem-estar e desenvolvimento

Uma questão importante na discussão sobre o bem-estar e desenvolvimento na infância prende-se com os efeitos dos riscos sociais que atravessam os quadros de vida de muitas crianças, em especial das que são vítimas ou expostas a múltiplas formas de violência, especialmente no seio da família. A nível individual, tais situações podem, em casos extremos, acarretar o risco do exercício de violência da criança contra si própria. Esta é uma situação patente no

excerto do texto apresentado a seguir em que o desejo de morrer é verbalizado, acompanhado de várias ilustrações em que esta criança se desenha a si própria a espetar uma faca no seu corpo.

“O que eu gosto é de carro telecomandado porque eles são rápidos. Eu gostava de ter, é o sonho da minha vida e do que não tenho porque eu não tenho dinheiro. Eu às vezes tenho pensamentos e um deles é morrer porque eu não tenho vontade de viver. Às vezes apetece-me matar. Muitos pais são ricos e têm muito dinheiro e podem comprar tudo o que os filhos quiserem e eu sou pobre, eu tenho vontade de morrer. Às vezes sinto dor no peito e o que me apetece é espetar a faca.” [rapaz, 11 anos, Bairro Verde]

Sinais evidentes do limite derradeiro da negação do bem-estar e do desenvolvimento na infância. Neste caso, circunstâncias pessoais e sociais de ainda um curto percurso de vida, marcado intensamente pelo abandono, negligências e maus tratos na família, acabaram por conduzir à execução de procedimento de urgência para execução de medida de acolhimento residencial por parte das entidades oficiais, na sequência de sinalização feita pelo estabelecimento de ensino que começou a frequentar. Importa, pois, reter que cabe a todos ouvir e estar atento aos muitos sinais que as crianças, de uma ou outra forma, transmitem sobre os seus quadros de vida, exigindo-se uma atuação atempada por parte de comunidades e Estado.

Na consideração da dualidade entre o individual e o social, emerge a necessidade de entendimento sobre as razões que levam as trajetórias de muitas crianças a ser atravessadas por problemas sociais de ordem diversa quando, paradoxalmente, nunca como agora as sociedades dispuseram de tanta informação e meios para efetivar a melhoria das condições de vida de todos os grupos da população. Parece, pois, que o sentimento universal de solidariedade dificilmente terá sido difundido de forma tão alargada e intensa no passado, mas, ao mesmo tempo, nunca antes os desequilíbrios, as ocasiões de conflito e as formas de exclusão social terão tido a visibilidade e os feitos que hoje têm.

Em sociedades que fazem da segregação e da discriminação um modo de gestão das dinâmicas sociais, assente num individualismo que pode atingir níveis exacerbados tanto na esfera mais próxima de cada comunidade como, a nível mais alargado, no mercado de trabalho e no sistema produtivo (Young, 1999), ter em consideração o olhar das crianças sobre os problemas sociais que as afetam, como se procurou fazer neste texto, abre horizontes que remetem para a sua compreensão como entidade participativa na construção da realidade e da mudança social. Só assim faz sentido falar do pleno exercício de cidadania e da efetivação de uma perspectiva centrada nos Direitos da Crianças.

Carvalho, M.J.L. (2016), “**Bem-estar e Desenvolvimento pelos (Outros) Mundos Sociais da Infância: o Olhar das Crianças**”. In Bastos, A. & Veiga, F. (Eds.), *A análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança*, livro de comunicações do Colóquio “Um olhar sobre o bem-estar das crianças e jovens segundo a perspectiva dos direitos da criança”, 10 de dezembro de 2015, Porto, Editora Húmus, pp.75-89. ISBN 978-989-755-235-9.

Referências bibliográficas

- Almeida, A.N. (2009), *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Ariès, P. (1973), *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions Seuil.
- Bastos, A. (2013), Pobreza infantil – um problema preocupante. *Rediteia – Revista de Política Social*, Porto, n.º 46, 9-15.
- Ben-Arieh, A. (2006), *Measuring and monitoring the wellbeing of young children around the world*. EFA Global Monitoring report 2007, Strong foundations: Early childhood care and education. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001474/147444e.pdf>
- Bradshaw, J., Hoelscher, P. & Richardson, D. (2007), An index of child well-being in the European union', *Social Indicators Research*, 80:1, 133–77.
- Carvalho, M.J.L. (2013), *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, M.J.L. (2010), *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>
- EU- European Union (2008), *Resolution on the Health and Well-Being of Young People*. Council and the Representatives of the Governments of the Member States, meeting within the Council of 20 November on the health and well-being of young people [Official Journal C 319 of 13.12.2008].
- Eurochild (2015), *Is Europe doing enough to invest in children? 2015 Eurochild Report on the European Semester*. Eurochild: Brussels.
- França, D. & Monteiro, M. (2004), A expressão das formas indirectas de racismo na infância, *Análise Psicológica*, Lisboa, 4 (XXII), 705-720.
- Garland, D. (2001), *The culture of control. Crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Graham, A. (2011), *Strengthening young people's social and emotional wellbeing*. Centre for Children and Young People: Background Briefing Series, n.º 7.
- Lourenço, N. (2009), “Segurança, sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O espectro axial da relação de direitos, liberdades e garantias dos poderes do Estado”. In MAI (Ed.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa: Ministério da Administração Interna, pp. 81-92.
- Moore, M. (2013), *Save money, protect society and realise youth potential. Improving Youth Justice systems during a time of economic crisis*. Brussels: International Juvenile Justice Observatory.
- Pinto, M. & Sarmiento, M.J. (Ed.) (1997), *As Crianças, Contextos e Identidades - Processos de Mediação com Crianças em Idade Pré-escolar*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Sampson et. Al, 1997, Raudenbush e Earls, 1997)
- Sarmiento, M. (2000), “Os ofícios da criança”. In *Actas do Congresso Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Braga, IEC, Universidade do Minho, Vol. II, pp. 125-145.
- Sassen, S. (2001), *The global city: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.
- Spicker, P. (2007), *The Idea of Poverty*. London: Polity Press.
- Tomás, C. (2012), “A diferença que a cor faz: infância, educação e racismo.” In: FETZENER, A. (Org.). *Como romper com as maneiras tradicionais de ensinar? Reflexões didático-metodológicas*. Rio de Janeiro: WAK Editora, pp. 81-104.
- Wacquant, L. (2009), *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham, NC: Duke University Press.
- UNICEF (2007), *Child poverty in perspective: An overview of child well-being in rich countries*. Florence: UNICEF. Disponível em: <http://www.unicefirc.org/publications/445>

Carvalho, M.J.L. (2016), **“Bem-estar e Desenvolvimento pelos (Outros) Mundos Sociais da Infância: o Olhar das Crianças”**. In Bastos, A. & Veiga, F. (Eds.), *A análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança*, livro de comunicações do Colóquio “Um olhar sobre o bem-estar das crianças e jovens segundo a perspetiva dos direitos da criança”, 10 de dezembro de 2015, Porto, Editora Húmus, pp.75-89. ISBN 978-989-755-235-9.

Young, J. (1999), *The exclusive society. Social exclusion, crime and difference in late modernity*. London: Sage Publications.